

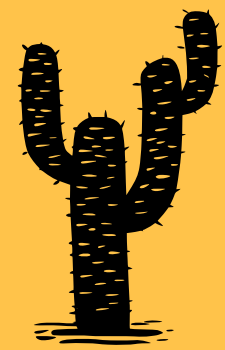


Aurelânia Miriam Teixeira de Carvalho
Erbs Cintra de Souza Gomes



Caminhos para a Educação Alimentar e Nutricional

Perspectiva Metadisciplinar
Espaços Educativos



PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



INSTITUTO FEDERAL
Sertão Pernambucano

Campus
Salgueiro

Espaços Educativos

Caminhos para a Educação Alimentar e Nutricional Perspectiva Metadisciplinar

Salgueiro, PE - 2022





Autores do texto

Aurelânia Miriam Teixeira de Carvalho
Erbs Cintra de Souza Gomes

Revisão de texto

Aurélia Mauriceia Teixeira de Carvalho

Ilustrações

Digital impressos (Fluxograma)
Marcus Vinicius Vieira do Nascimento

Projeto Gráfico, Diagramação, Capa e Arte-final

Marcus Vinicius Vieira do Nascimento

Ficha Catalográfica

CARVALHO, A.M.T. de; GOMES, E.C.S.
Caminhos para Educação Alimentar e
Nutricional: Perspectiva metadisciplinar.
Espaços Educativos. 2022
25p.: il.





Sumário

Apresentação	04
Capítulo 1 - Educação Alimentar e Nutricional	06
na inserção de sua transversalidade	
Capítulo 2 - Práticas e escolhas alimentares	10
saudáveis e a correlação com a autonomia do indivíduo	
Capítulo 3 - Ultrapassar barreiras para	13
articular EAN com diversos saberes	
Capítulo 4 - Desenvolvimento da proposta	16
4.1. Por que realizar?	17
4.2. Com quem?	18
4.3. Onde?	19
4.4. Sobre o quê?	20
4.5. Como?	20
4.6 Quando?	20
Capítulo 5 - NUTRIR multiarticulado	22
Referências	24



Apresentação

Diante do ambiente plural que é formado uma Instituição de Ensino, os espaços educativos apresentados fazem parte da dinamicidade onde podem ser realizadas atividades didáticas com o tema contemporâneo Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

Esta obra foi elaborada a partir da realização de uma pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE), campus Salgueiro; intitulada "Espaços Educativos Interdisciplinares Relacionados à Educação Alimentar e Nutricional no Percorso Formativo dos Alunos do Ensino Médio Integrado ao Técnico".

Foi aplicada com os professores da área propedêutica que lecionam nos cursos do nível médio integrado ao técnico de Logística e Edificações, ambos do campus Serra Talhada.

À medida que as situações-problemas são expostas nas páginas deste e-book, vão se desenvolvendo as possibilidades que se estrutura na imagem do mandacaru (*Cereus jamacaru*). A planta, da família das cactáceas, faz parte da caatinga, bioma brasileiro com características distintas no mundo e representativa do município em que está sediado o lócus desta pesquisa.

Tal proposta representa etapas necessárias a serem percorridas para que se efetive a prática pedagógica de forma contínua e permanente, trazendo como tema central a reflexão sobre EAN que tem aspecto dinâmico diante das necessidades variáveis onde realiza a sua prática. A escolha do formato de mandacaru para a representação do fluxograma vai além das características de representatividade cultural da sua vegetação, pois a presença de caules/ramos **multiarticulados** na planta traz a inspiração para a continuidade do processo reflexivo que induz a compreensão/construção e/ou adaptação dos percursos necessários para realizar ações mais duradouras e integradoras para a temática no ambiente escolar.

Os Autores



Capítulo 01

Educação Alimentar e Nutricional na inserção de sua transversalidade





Capítulo 01

Educação Alimentar e Nutricional na inserção de sua transversalidade

A EAN se caracteriza como um campo dinâmico e que contempla diversas abordagens, no entanto, antes de chegar a essa percepção, o que se predominava era o aspecto da necessidade apenas biológica do indivíduo e/ou de interesses, como nas décadas de 1970 e 1980 em que a soja, produto de exportação, teve evidenciado seu consumo, como estratégia de escoar seu excedente, em desacordo com a preferência nacional que era o feijão. Foi no final da década de 1990 que começou o processo de reestruturação com o enfoque da promoção da saúde e da Educação em Saúde que teve como inspiração Paulo Freire com base na ação crítica, adequada à realidade do indivíduo e numa relação horizontal (BRASIL, 2012c).

A partir dos anos 2000 com a instituição do programa Fome zero, bem como a requalificação dos programas da merenda escolar e do trabalhador, colaboraram para o aumento progressivo em ações. Outras políticas e documentos da saúde, ao longo da década, impulsionaram para o olhar do cenário nacional ser mais engajado para alimentação e nutrição. No caso, em 2012 com a participação na elaboração de diversos atores em âmbito nacional, a Coordenação Geral de Educação Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome publicou o Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas que consolida os seus princípios norteadores.

Alimentar-se contempla diversas nuances como explanado no caderno de "Princípios e práticas para Educação Alimentar e Nutricional (2018):

A alimentação é sim um ato biológico; mas, ao mesmo tempo, é também cultural e até mesmo ecológico (etapas do sistema alimentar) e político (permeado por interesses privados e campo de disputa). É preciso ter em mente a complexidade que paira sobre estas expressões que abarcam uma multiplicidade de dimensões, sobre as quais precisamos nos debruçar para compreender melhor os fenômenos do comer, do alimentar e do nutrir (BRASIL, p.14, 2018f).



Mercante e Messias (2018) constataram que a inclusão de EAN de forma interdisciplinar contribui para o aluno ter sua formação integral, já que o tema influencia na sua vivência, e os professores da educação profissional e tecnológica (EPT) após questionados, demonstraram estar receptivos para trabalhar a abordagem, sendo que para alguns, a Instituição de Ensino deveria apresentar a proposta de trabalho de maneira estratégica, para que a partir dessa orientação, ocorre o livre exercício do tema em sala de aula.

O professor, sensibilizado para colaborar, promove reflexo em sala de aula mesmo que encontre dificuldade em inserir esse tema por confrontar com ambiente plural e realidade financeira distinta de cada um (PINTO *et al.*, 2014).

Morin (2021) destaca que o tema ao apresentar versatilidade em transpor barreiras, facilita para a colaboração e ajuste para interdisciplinaridade, bem como ir em direção a transdisciplinaridade, ou talvez, inter-poli-transdisciplinaridade. Seria contextualizar sem romper o que a disciplina propõe que cada professor ministra, no caso, é ter essa abertura sem perder a essência a qual está evidenciado no próprio currículo escolar.

Borsoi, Teo e Mussio (2016) identificam na revisão integrativa que dos estudos analisados, as propostas de intervenção se restringiam ao aspecto do alimento e sua composição. A ação centralizava com o Nutricionista, o que não contempla totalmente a proposta do tema que pode ser abordado em seus diversos campos de atuação. No caso, um dos desafios é romper essa associação que pode estar presente na percepção de muitos atores corresponsáveis pela contribuição para o desenvolvimento de ações de EAN no âmbito escolar.

Cervato-Mancuso *et al.* (2016) na pesquisa sistemática com artigos publicados entre 2000 a 2012, período que antecede a publicação do Marco de Referência, identificaram que as intervenções em ambiente escolar não tinham, em sua maioria, uma base fundamentada em teorias pedagógicas, o que pode ser um dos motivos da restrição ao aspecto biomédico do alimento.

Há estudos anteriores aos documentos norteadores que já ratificavam a necessidade de inserir o profissional que trabalha com

educação alimentar numa visão embasada em teorias da Filosofia da educação e pedagógica, a qual Boog (1997) enfatizou que “o profissional que desconsidera estes aspectos compete com o leigo que também faz educação alimentar”.

A Lei nº 11.947/2009 que dispõe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na educação básica (BRASIL, 2009b) pontuou em seu art. 17, a necessidade de promover a EAN com ação conjunta com os profissionais de educação. Ademais, reforçou que a abordagem deverá seguir por caminhos multiprofissionais, o que possibilitaria tratar a alimentação em ampla dimensão com as metodologias ativa e dialógica.

Partindo desse viés de parceria, Alves e Walker (2013) discorrem da importância dessa articulação, onde associar com a reflexão, influenciaria para práticas educativas entre ensinar, educar e saber ouvir que, por consequência, colaboraria para aprendizagem do aluno de forma mais benéfica. E para ir nessa direção, a escola é o ambiente propício para contemplar as dimensões, a qual EAN engloba e que foi inserida como tema contemporâneo transversal a partir da Lei nº 13.666/2018 (BRASIL, 2018e).

A nota técnica nº 2810740/2022/COSAN/CGPAE/DIRAE (BRASIL, 2022h) sobre “Educação alimentar e Nutricional no PNAE: atores sociais e possibilidades de atuação”, enfatizou que para ocorrer ações em torno da alimentação adequada e saudável coadunam com o compartilhamento de saberes e parcerias contínuas para fortalecer as ações que promovam EAN.





Capítulo 02

Práticas e escolhas
alimentares saudáveis
e a correlação com a
autonomia do indivíduo





Capítulo 02

Práticas e escolhas alimentares saudáveis e a correlação com a autonomia do indivíduo

A promoção do autocuidado e da autonomia são princípios para ações de EAN presentes no Marco de Referência, sendo que a partir de práticas individuais e coletivas podem contribuir para o desenvolvimento de forma integral das pessoas. Para isso, haverá a necessidade de informações confiáveis, ações que instigam a reflexão para favorecer a adesão das pessoas em escolhas que possam colaborar benéficamente para o seu modo de vida (BRASIL, 2012c).

E para associar com o saudável, há a necessidade de desenvolver no indivíduo uma consciência sobre a responsabilidade das escolhas que podem ser influenciáveis, como por sua disponibilidade e acesso aos alimentos. E para o sujeito ser ativo, nesse âmbito, requer que esteja motivado e informado (BRASIL, 2018f).

Poltronieri *et al.* (2019) apontam que a docência pode ser uma das profissões que esteja suscetível a adquirir hábitos alimentares prejudiciais diante do ritmo de atividades que o profissional esteja comprometido a realizar, e o estresse da rotina influencia diretamente nas suas escolhas alimentares.

As relações e percepções que o indivíduo desenvolve sobre os aspectos inerentes ao alimento e ao ato de alimentar-se podem refletir negativamente no meio em que vive de modo social e econômico, e ações com EAN podem ajudar para que o indivíduo desvele sobre como está a sua contribuição no sistema alimentar (DAMIANI, 2020), no caso, o Marco de referência de EAN para as políticas públicas o define como.

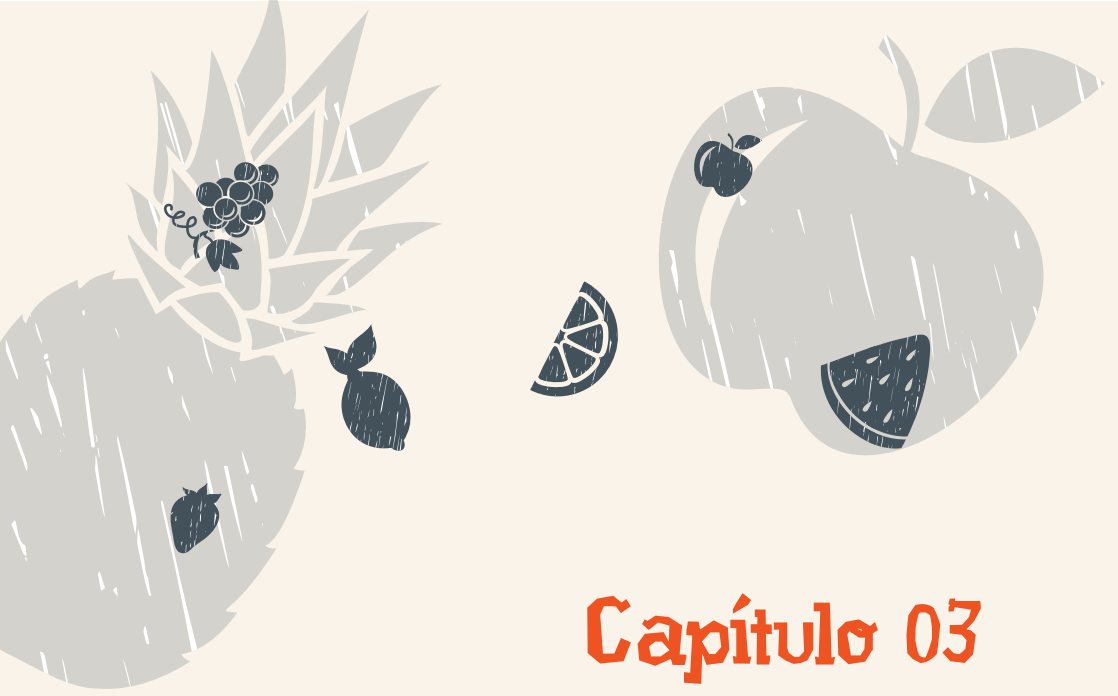
Processo que abrange desde o acesso à terra, à água, aos meios de produção, às formas de processamento, de abastecimento, de comercialização e de distribuição; a escolha e consumo de alimentos (BRASIL, 2012c, p.25).

A contribuição para que a escolha seja voluntária e benéfica contempla também o que está em torno de uma refeição; como se alimentar sozinho ou em companhia, local agradável, mexendo e/ou

assistindo em meios eletrônicos. Comportamentos que são adquiridos ao longo da vida e atingem a relação do comer de cada indivíduo (BEZERRA, 2018).

E para desvelar para outras possibilidades, bem como integrar parceiros que possam multiplicar a abordagem; há necessidade de sensibilizar, dialogar e formalizar para que os profissionais que formam uma Instituição de ensino também sejam ativos na proposição em colaborar com a aprendizagem do escolar para desenvolver estudantes reflexivos e críticos em direção a práticas alimentares saudáveis.





Capítulo 03

Ultrapassar barreiras
para articular EAN
com diversos saberes





Capítulo 03

Ultrapassar barreiras para articular EAN com diversos saberes

A prática de EAN envolve uso de recursos problematizadores e ativos diante das dimensões ambientais, biológica, econômico, político, sociocultural entre outras que possam englobar. O que torna necessário que os protagonistas dessas ações tenham um olhar mais sensível para as questões que denotam sobre a alimentação.

Para Brasil (2012c), as metodologias ativas e dialógicas podem ser consideradas instrumentos pedagógicos que possibilitam dar espaço para reflexões, propiciando o engajamento de mais multiplicadores por meio da visibilidade das experiências que possam ser planejadas para o estudante se tornar autônomo em suas escolhas alimentares. Neste sentido, o papel do professor seria de suma importância para esse objetivo.

Por este meio, vislumbra-se a perspectiva positiva de que a inserção do tema EAN no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) possa ser o suporte necessário para que a compreensão das ações que englobem a temática não se restrinja a 01 (um) profissional, abrindo espaço para a construção de práticas contínuas e permanentes. Engajar vários protagonistas na construção de uma visão crítica e reflexiva de que o “alimento” pode ser mais bem compreendido segundo as dimensões de estudo, requer a disposição para ajustar a necessidade plural de que o ambiente escolar apresenta um espaço fértil para essas construções. Nesse contexto, compreendemos a transdisciplinaridade enquanto campo dinâmico de possibilidades formativas. Adotando os princípios transdisciplinares na construção de espaços educativos, tem-se a possibilidade real de superação de paradigmas clássicos que consideram a EAN um tema a ser tratado de maneira isolada das demais fontes de conhecimento.

A transdisciplinaridade ultrapassa as disciplinas e sua finalidade também vai além das disciplinas, esta é a grande diferença desta abordagem de cooperação entre saberes em relação as que foram apresentadas (multi/pluridisciplinaridade e interdisciplinaridade (MEIRELES, 2016, p.07).



Definição que também se insere ao que EAN propõe no contexto dos Direitos Humanos à Alimentação Adequada (DHAA) transitar de forma harmônica e dialógica pelas áreas do conhecimento, propõe a construção de uma ambiência institucional de ruptura de barreiras que porventura delimitam os espaços a serem trilhados pelas disciplinas no ambiente escolar.

A EAN no campo da Educação se norteia pelos princípios organizativos e doutrinários do PNAE (BRASIL, 2012c), diretriz maior em nível nacional, que propicia o alinhamento normativo entre as legislações pertinentes e a compreensão sobre o papel do nutricionista e dos demais profissionais escolares no contexto de formação do aluno.

Ademais, Brasil (2022h) em sua nota técnica publicada "Educação Alimentar e Nutricional no PNAE: atores sociais e possibilidade de atuação" amplia a visão de atuação e das possibilidades de parcerias em que não estariam apenas com os "profissionais da educação", mas se trata de atores sociais que desempenham um papel crítico e reflexivo sobre as dimensões que possam contemplar a temática e a articulação dos saberes técnico, científico e popular.





Capítulo 04

Desenvolvimento da proposta



Capítulo 04

Desenvolvimento da proposta

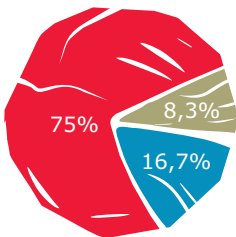
Uma das etapas da coleta de dados da pesquisa aplicada se deu por meio de questionário autoaplicável com os professores da área propedêutica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, campus Serra Talhada (IFSertãoPE, CST) que lecionam nos cursos do Nível médio integrado ao técnico de Logística e Edificações. O questionário foi proposto seguindo a estrutura de três seções:

- a. Identificação do perfil dos respondentes;
- b. Práticas alimentares; e,
- c. Educação Alimentar e Nutricional.

A seção “Educação Alimentar e Nutricional (EAN)” permitiu a interação direta com o tema transversal, representativo desta pesquisa, seus princípios existentes no Marco de Referência (BRASIL, 2012c), bem como, a busca pela resposta sobre a percepção dos entrevistados quanto à possibilidade de se tornarem parceiros da Instituição para realização de ações com foco na EAN.

Quando questionados sobre a possibilidade de interação entre a disciplina trabalhada e os princípios da EAN, a maior parte dos docentes se veem parceiros na possibilidade de levar a abordagem sobre a temática para a sua disciplina (Gráfico 1). O que nos chamou atenção foi o apontamento de que esta deveria ser uma estratégia adotada pela instituição.

Gráfico 1 – Você abordaria questões relacionadas ao tema transversal Educação Alimentar e Nutricional em sua disciplina? Professores da área propedêutica. IFSertãoPE, campus Serra Talhada. Serra Talhada-PE. 2022.



Considerado a Lei nº 13.666/2018 que inclui o tema transversal Educação alimentar e Nutricional (EAN) no currículo escolar e, diante de sua diversidade de abordagens, como exemplificado na sessão (práticas alimentares), pode se considerar parceiro para trabalhar esse tema em sala de aula?

- Sim e faz parte da minha ementa;
- Sim, mas tem que ter estratégia proposta pela Instituição;
- Não vejo relação

Fonte: Dados da pesquisa (2022).



Por este meio, acredita-se que as etapas explanadas no fluxograma, materializadas de forma didática e com a sensibilização, pode vir a ser a estratégia necessária para que o planejamento da instituição se torne interdisciplinar, incluindo as possibilidades de desenvolvimento de temas voltados para a Educação Alimentar e Nutricional. Percebeu-se o entendimento dos entrevistados quanto à necessidade de inclusão das temáticas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) visando fortalecer os multiplicadores para abordar a temática de forma transversal.

O fluxo metadisciplinar se embasa pela ideia de Morin (2021), em que as disciplinas podem ser abertas e fechadas, sendo assim, o docente parceiro no ensino-aprendizagem adequaria seu planejamento de forma que abordasse com didática reflexiva e problematizadora.

As 06 (seis) questões delineadoras (BRASIL, 2018f, pp. 40-42) que inspiraram a construção do fluxograma e seus contornos, em arcos abertos, tomou por conceito a ideia de flexibilidade e dimensões que o tema possa explorar, bem como na perspectiva metadisciplinar de abrir e fechar, ultrapassar e conservar, permitindo a interação direta entre o conhecimento inicial, o percurso formativo e os conhecimentos críticos ao longo do período de observações.

4.1 Por que realizar?

O fluxo tem início a partir das normativas legais e materiais publicizados que contribuiram para Nortear os atores sociais de uma Instituição de Ensino para que o tema se Universalize da maneira que Trascenda o aspecto de alimentação percebida em seu contexto biológico/nutricional e intradisciplinar, e, ao se Reunirem com um planejamento participativo, Implementem no Projeto pedagógico de curso (PPC) e, por consequência, permitam a criação de novos espaços para que o público-alvo seja estimulado a Refletir sobre as suas escolhas e direcionem de forma autônoma para práticas alimentares saudáveis. Para que isso aconteça, é necessário que a EAN perpassa o currículo escolar em ações conjuntas de forma contínua e permanente, sendo tema reconhecido pela sua capacidade integrativa e norteadora de novas políticas e ações institucionais.



Tabela 01 - Marcos legais e principais referências que embasam a ação de práticas com o tema transversal Educação Alimentar e Nutricional. Período de 2006 a 2022.

Marcos Legais	
Portaria Interministerial nº 1010, de 8 de maio de 2006	Diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional.
Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009	Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola para os alunos da educação básica.
Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar.
Resolução CD/FNDE nº 6, de 08 de maio de 2020	Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.
Nota técnica nº 2810740/2022 /COSAN/CGPAE/DIRAE	Educação Alimentar e Nutricional no PNAE: atores sociais e possibilidades de atuação.
Materiais de Referência	
BRASIL, 2012	Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas
BRASIL, 2014	Guia alimentar para a população brasileira, 2ª edição
BRASIL, 2018	Princípios e práticas para Educação Alimentar e Nutricional.
BEZERRA, 2018	Educação alimentar e nutricional: articulação de saberes

4.2 Com quem?

A adoção de temas transversais na dinâmica de construção do conhecimento propicia a construção de um fluxo de interação direta entre o sujeito e o ambiente em que está inserido. É na articulação entre os saberes - científico, popular, técnico, entre outros, que se constituiu o sujeito efetivo a partir do diálogo humanizado e participativo com as diferentes formas de vivências e culturas que englobam as etapas do sistema alimentar (BRASIL, 2012c).

Morin (2021) destacou que os conteúdos podem transitar por



várias disciplinas, sem que isso traga prejuízos à identidade do fluxo disciplinar. Ao permitir a introdução de novos conteúdos considerados temas transversais no fluxo comum de uma disciplina, é possível que tenhamos a ampliação do campo de conhecimento a ser abordado, como o próprio Morin, conceitua a expressão “Metadisciplinar”:

O importante não é apenas de inter e transdisciplinaridade. (...) É necessário também o “metadisciplinar”; o termo “meta” significando ultrapassar e conservar. Não se pode demolir o que as disciplinas criaram; não se pode romper todo o fechamento: há o problema da disciplina, o problema da ciência, bem como o problema da vida; é preciso que uma disciplina seja, ao mesmo tempo, aberta e fechada (MORIN, 2021, p.115).

Para isso, articular saberes a partir das diferentes disciplinas pode vir a ser compreendido como a permissão para transpassar os conteúdos nas construções de conhecimentos diversos, possibilitando o surgimento de um novo alicerce de espaços referenciais para uma formação crítica e criativa.

4.3 Onde?

A prática de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) deve ser realizada a partir de abordagens e recursos problematizadores, o que diante das questões apresentadas (BRASIL, 2012c; BRASIL, 2014d; BRASIL, 2018f) são exemplificações que podem ser um norte para dirimir diferentes espaços educativos que possam ser explorados, desenvolvendo a análise crítica e consciente das suas escolhas. Diante desse cenário de possibilidades, perguntamos:

- Por que comemos o que comemos?
- Como aquele alimento chegou ali no prato? De onde vem esse alimento?
- Como, onde, quando, e com quem estamos comendo?
- Quem produziu?
- Será que ele é fruto de um sistema alimentar cultural e ambientalmente sustentável?



4.4 Sobre o quê?

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) pode incentivar a reflexão sobre alimentação em diferentes aspectos e, por este meio, a importância de incentivar que perpassa o currículo escolar diante das dimensões que possam ser trabalhadas como nas ambientais, biológicas, econômicas, políticas, socioculturais entre outras que propiciam visualizar a diversidade que o tema instiga e envolve (BRASIL, 2012c; BRASIL, 2018f; BRASIL, 2022g).

4.5 Como?

Neste aspecto se alinha a um dos princípios para a prática de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) que o Marco de referência dispõe: “a educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos”, no qual, direciona para o incentivo a ter didáticas que estimule a capacidade interpretativa e de análise do estudante para que seja instigado a desenvolver sua autonomia nas escolhas o que vai de encontro a metodologia ativa e problematizadora (BRASIL, 2012c).

4.6 Quando?

Por se tratar de um campo de conhecimento de práticas contínuas e permanentes, então, a proposta é que sejam realizadas durante o ano letivo, de acordo com o planejamento elaborado, de maneira a contemplar as dimensões e situações que possam se adequar ao tema e o ambiente escolar plural e, por este meio, estarem abertas a serem reavaliadas diante da diversificação que possa ser aplicado bem como se os objetivos tenham sido atingidos.

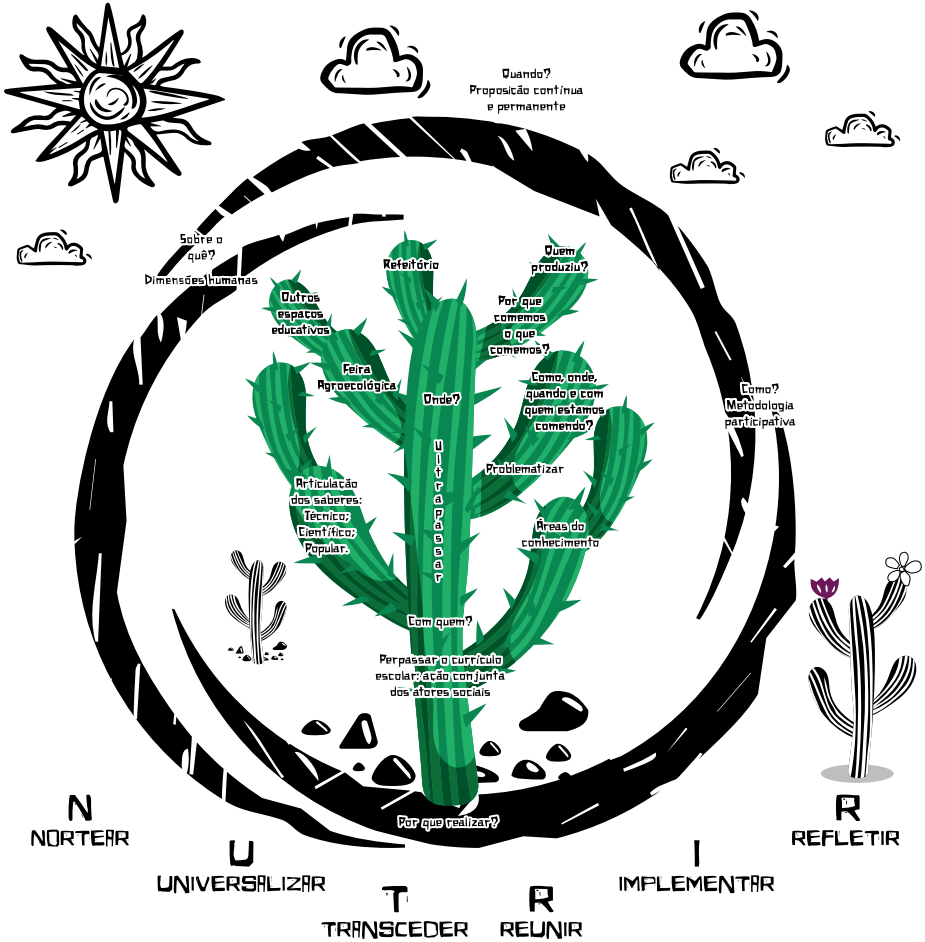


Capítulo 05

NUTRIR multiarticulado

Capítulo 05

NUTRIR Multiarticulado



Caminhos para a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) Perspectiva metadisciplinar

Fluxograma em formato de mandacaru (*Cereus jamacaru*), família das cactáceas, da caatinga. Bioma Brasileiro, típico do Sertão Nordestino



Campus Salgueiro

Fonte: Inspirado/Adaptado do Quadro 1- Questões-chave para o planejamento e o desenvolvimento das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN). BRASIL, 2018f.

A proposta apresentada com “Caminhos para Educação Alimentar e Nutricional: Perspectiva metadisciplinar” vislumbra valorizar o tema transversal e destacar suas possibilidades para serem trabalhadas no ambiente escolar, como exemplificada, seja com situações-problema e/ou espaços educativos. Esses meios amplificam opções que as disciplinas possam transitar de forma diversa e no sentido de ultrapassar além da sala de aula ou no caso de conservá-la, que o processo de aprendizagem seja contextualizado e o componente curricular, que o docente ministra, aberto a novas perspectivas como a relatada, com a metadisciplinar, em que seria necessário incluí-la, ir além do interdisciplinar, diante das dimensões e aspectos amplos que a temática contempla e, de forma efetiva, articular os saberes de maneira que “uma disciplina seja, ao mesmo tempo, aberta e fechada” (MORIN, 2021, p.115).





Referências

ALVES, P.; WALKER, P. **Educação alimentar e nutricional como prática social.** Demetra; 8(3); 499-508; 2013.

BEZERRA, José Arimatea Barros. **Educação alimentar e nutricional: articulação de saberes.** Fortaleza: Edições UFC, 2018. 120p.

BOOG, M.C.F. **Educação nutricional: passado, presente, futuro.** R. Nutr. PUCCAMP, Campinas, 10(1): 5-19, jan./jun., 1997.

BORSOI, Aline T., TEO, Carla R.P.A, MUSSIO, Bruna R. **Educação Alimentar e Nutricional no ambiente escolar: uma revisão integrativa.** RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 11, n. 3, p.1441-1460, 2016.

BRASIL. Portaria Interministerial nº1010, de 8 de maio de 2006. **Diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2006a.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola para os alunos da educação básica.** Diário Oficial da União, Brasília, DF: FNDE, 2009b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas.** Brasília-DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012c. Disponível em: < <http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/marco-de-referencia-de-educacao-alimentar-e-nutricional-para-as-politicas-publicas>> Acesso em: 28 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira.** 2.ed. Brasília, DF: MS, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção à Saúde, Departamento de atenção Básica, 2014d.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar.** Diário oficial da União, Brasília-DF, 2018e.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social-MDS. **Princípios e práticas para Educação Alimentar e Nutricional.** Brasília-DF: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2018f. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Educacao_Alimentar_Nutricional/21_Principios_Praticas_para_EAN.pdf>. Acesso em: 21 jul 2021.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução CD/FNDE nº 6, de 08 de maio de 2020g. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de**



Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União, Brasília, DF: FNDE, 2009. Disponível em: < <https://www.fnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13511-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-6,-de-08-de-maio-de-2020>> Acesso em: 21 jul 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da **Educação-FNDE. Educação alimentar e Nutricional no PNAE: atores sociais e possibilidades de atuação.** Nota técnica nº 2810740/2022/COSAN/CGPAE/DIRAE. FNDE, 2022h. Disponível em:< <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/media-pnae/encontros-tecnicos/NotaTecnicaEANassinada.pdf>>. Acesso em: 26 mai 2022.

CERVATO-MANCUSO, A.M.; VINCHA, K.R.R.; SANTIAGO, D.A. **Educação Alimentar e Nutricional como prática de intervenção: reflexão e possibilidades de fortalecimento.** Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 26 [1]: 225-249, 2016.

DAMIANI, J. C. **Educação alimentar e Nutricional.** In: **NEVES, J. das. Curricularização das ações de educação alimentar e nutricional e horta como instrumento pedagógico** [recurso eletrônico] / autoras e organizadoras, Janaina das Neves e Jussara Cardoso Damiani; coordenação geral, Cláudia Soar. – Dados eletrônicos. – Florianópolis: UFSC, 2020. p. 06-32.

MEIRELES, Rodrigo Fernandes. **O desafio da transdisciplinaridade na contemporaneidade.** Disponível em: http://uece.br/eventos/spcp/anais/trabalhos_completos/247-38269-29032016-162215.pdf. Acesso em: fev 2022.

MERCANTE, S., C.; MESSIAS, C.M.B.O. **A visão de docentes do ensino médio técnico sobre a educação alimentar e nutricional numa abordagem interdisciplinar.** Anais do V Congresso Nacional de Educação, Olinda, 2018.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** 26ª ed. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.128p.

PINTO, Vera L. X. et al. **Educação permanente de professores: a reflexão-ação na promoção da alimentação saudável nas escolas.** Extensão em Foco, Curitiba: Editora da UFPR, nr.10, jul/dez 2014, p.37-58.

POLTRONIERI, T.S.; GREGOLETTO, M.L.O; CREMONESE, C. **Padrões alimentares e fatores associados em docentes de uma instituição privada de ensino superior.** Caderno de saúde coletiva, Rio de Janeiro, 2019.



INSTITUTO FEDERAL
Sertão Pernambucano

Campus
Salgueiro

PROFEPT

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

